

CERCO MILITAR E DESPEJO DA OCUPAÇÃO ELIANA SILVA: UMA APROXIMAÇÃO ETNOGRÁFICA

Resumo: Organizada pelo MLB, a Ocupação Eliana Silva surgiu em abril de 2012 na região do Barreiro, em Belo Horizonte. Após ter passado vinte e um dias cercada por viaturas da Polícia Militar de Minas Gerais, trezentas famílias foram despejadas com uso de um forte aparato policial. Dois meses depois, ocuparam um terreno a menos de duzentos metros de onde haviam sido retiradas. Propomos uma aproximação da trajetória da comunidade a partir da etnografia para realizar uma reflexão sobre a forma como o cerco militar e o despejo foram percebidos pela comunidade.

Abstract: Organized by the MLB, the Eliana Silva Occupation appeared in April 2012 in the Barreiro region of Belo Horizonte. After having spent twenty-one days surrounded by vehicles of the Military Police of Minas Gerais, three hundred families were evicted with the use of a strong police apparatus. Two months later, with families already reorganized, families occupied a plot less than two hundred meters from where they had been evicted. We propose an approximation of the trajectory of the community based on ethnography to reflect on how the military siege and eviction were perceived by the community.

INTRODUÇÃO

Organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), a Ocupação Eliana Silva (1)¹ surgiu em abril de 2012 na região do Barreiro, em Belo Horizonte. Após 21 dias, as 300 famílias sem teto foram despejadas pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG) com uso de um forte aparato policial que contava com helicóptero, tropa de choque, cachorros, cavalaria e caveirão. A partir desse trágico episódio que traumatizou crianças e adultos, uma ampla rede de solidariedade se mobilizou, detonando diversas ações de solidariedade na cidade (LOURENÇO, 2014, p.51). Uma delas, talvez a mais emblemática, foi a manifestação de solidariedade do cantor Emicida em um show, que aconteceu na noite do despejo, e que culminou em sua detenção imediata ao descer do palco (*Idem*, p.59).

Dois meses depois, e já com as famílias reorganizadas, o MLB ocupou um terreno a menos de 500 metros de onde haviam sido despejadas e estabeleceu ali uma comunidade que até hoje desenvolve importantes projetos de autonomia. Com creche, biblioteca e programas de alfabetização de jovens e adultos, as famílias da Eliana Silva (2) têm conseguido manter parcerias com a sociedade e setores do Estado que modificaram a correlação de forças e garantiram a estabilidade e uma crescente consolidação do bairro (*Idem*, p.62).

O presente trabalho foi desenvolvido no encontro de três diferentes trajetórias de estudantes da graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Luisa Lanna é graduanda em Comunicação Social e desenvolve sua pesquisa a partir de oficinas de realização audiovisual participativa junto aos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul; Aiano Bemfica é midiativista na Luta por Moradia e graduando em antropologia, assim como Matheus Almeida, que divide seu tempo entre a universidade e a militância dentro do Movimento Negro. Estes três caminhos compartilham em comum a porosidade entre vida acadêmica e atuação política, o que terminou por aproximá-los dos movimentos de ocupações urbanas e de suas pautas, antes mesmo do início desta

pesquisa, possibilitando assim acesso privilegiado à Ocupação Eliana Silva e às pessoas que ali moram.

A partir desta relação, que já vinha sendo construída anteriormente, percebemos que os relatos sobre a ação da PMMG e do Estado, durante o período de cerco e subsequente reintegração de posse, permeiam diversas instâncias da vida das famílias da Ocupação Eliana Silva. A truculência dos agentes da força é citada em assembleias comunitárias, reuniões com o alto escalão do governo, festas de natal e em conversas corriqueiras à mesa do bar. Provocados pela recorrência destas narrativas, propomos neste artigo nos debruçar sobre esse conflito a fim de estabelecer diálogos que permitam uma aproximação da forma como os moradores e moradoras da comunidade perceberam a ação do Estado naquele momento crítico.

NOSSAS ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Nosso trabalho de campo foi realizado a partir de quatro movimentos centrais: 1) Pesquisa e levantamento de vídeos do despejo produzido pelos próprios moradores e/ou militantes; 2) Exibição coletiva dos vídeos levantados para a comunidade e posterior diálogo a partir das memórias e afetos acionados pelo material exibido; 3) Entrevista semiestruturada com Poliana Souza, dirigente estadual do MLB, uma das coordenadoras e moradora da Ocupação Eliana Silva, e Dona Lúcia, também moradora da Ocupação; 4) Visita ao terreno de onde foram despejados com Grupo Focal composto por nove moradoras e moradores de diversas idades, nenhum organicamente ligado ao MLB, e reconstituição *in loco* do momento da entrada no terreno, do cerco e do despejo.

Menos que em uma busca científica por usar cada um destes procedimentos para confirmar ou não os diferentes relatos obtidos, lançamos mão destes múltiplos espaços de diálogo para que memórias e vozes diferentes pudessem emergir. As entrevistas individuais semiestruturadas foram pen-

Aiano Bemfica
Graduando em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Contato
<aiano.bemfica@gmail.com>

Luisa Lanna
Graduando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Contato
<luisabahury@gmail.com>

Matheus Almeida
Graduando em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Contato
<matheus.antropologia@gmail.com>

Palavras-chave:
Antropologia Política; Ocupações Urbanas; Conflito.

Keywords: Political Anthropology; Urban Occupations; Conflict

1 Como existem dois momentos históricos e locais diferentes da Ocupação Eliana Silva, para facilitar a compreensão do texto indicaremos com (1) quando estivermos nos referindo a Ocupação despejada em Maio de 2012 e com (2) a Ocupação que até hoje (2017) permanece estabelecida na região.

sadas e analisadas à luz da metodologia da Entrevista Interpretativa de Representações Cotidianas, proposta por Nildo Viana (2015). O que significa dizer que olhamos tanto para as perguntas como para suas respectivas respostas em uma perspectiva que assume classe, sexo, raça, credo e historicidade do indivíduo como dados fundamentais para compreender as representações feitas pelas pessoas e suas relações com o mundo.

O uso de procedimentos da antropologia visual também teve papel central. Ainda que em nosso contexto ocidental a visão seja o sentido privilegiado de acesso ao mundo e que estejamos compartilhando uma época em que as imagens estão amplamente presentes, o uso destas em pesquisa nas ciências sociais ainda causa estranhamento (NOVAES, 2009; BARBOSA, 2014). Apesar desses impasses, seu uso metodológico “vem ganhando centralidade, surgindo como uma aposta no poder e potencial desta linguagem para compreensão das realidades sociais” (BARBOSA, 2014, p.4) a medida em que se compreende que

“olhar não é apenas um fenômeno fisiológico, assim como imagens filmicas ou fotográficas não são apenas cópias do mundo visível. Olhar e produzir imagens implica operações materiais complexas, ligadas à nossa vida psíquica e cultural. Percebemos, sobretudo, aquilo que conhecemos do mundo, exatamente aquilo que a linguagem procura estruturar e ordenar” (NOVAES, 2009, p.56).

As imagens, mais que fatos ou ações puras e isoladas, se constituem, em seu imbricado cruzamento entre materialidade e temporalidade,

“lugares de memórias (lembranças, sobrevivências, ressurgências), revelações de tempos passados, de tempos presentes. Por vezes, até lugares de expectativas (esperanças, prefigurações de tempos que não de vir, presságios, promessas, desejos)” (SAMAIN, 2014, p.53).

Para Anelise Gutterres a imagem pode ser uma “aliada importante para refletir sobre a forma como o Estado atua nesses locais [favelas e periferias urbanas]”, sugerindo que a “semelhança entre as fotografias capturadas em meio a contextos de guerra contribuiu para pensarmos a dirupção como elemento da urbanização” (2016, p.186). Nesse sentido, a exibição de material audiovisual produzido por famílias e militantes durante o conflito como ponto de partida para o diálogo, parte da perspectiva de Etienne Samain (2003), quando propõe que a imagem é inquietante por sua “capacidade de subverter as palavras, [...] não é somente um terreno de ‘estudo’ mas, sobremaneira, o espaço dado ao imaginário humano, individual e social, para ousar reivindicar e roer – também – um pedaço da realidade” (SAMAIN, 2003, p.49).

Já a opção por filmar a visita do Grupo Focal ao terreno de onde as famílias foram despejadas parte do entendimento de que a câmera não é neutra e sua inserção modifica as relações e os diálogos em jogo durante o processo etnográfico (CUNHA et al, 2006, p.293). Desta forma, pode permitir “reflexões

sobre os lugares de enunciação dos discursos e ainda sobre os modos de constituição de narrativas sobre as experiências”, se tornando uma ferramenta potente uma vez que “em situações nas quais os sujeitos são marcados pela invisibilidade, a produção de imagens pode ter um valor estratégico para a emergência de um gradiente de novas vozes” (*idem*). Fazendo assim coro ao que propõe Andrea Barbosa ao sugerir que “quando associados a uma tecnologia e linguagem da produção de imagens, as investigações antropológicas ganham novas possibilidades” (2014, p. 4).

Se as entrevistas individuais e as visionagens coletivas dos vídeos trouxeram dados e relatos relevantes, levá-los ao terreno sobre o qual se materializou a disputa – o lugar que ocuparam, constituíram uma comunidade, foram cercados e logo despejados – nos possibilitou entrelaçar corpo, território e memória, sugerindo fortes lembranças e reencenações da incidência física e geográfica do poder.

REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ESTADO-OCUPAÇÕES URBANAS

Em sua dissertação, Thiago Lourenço (2014), ao recuperar a trajetória das Ocupações Urbanas em Belo Horizonte à luz das políticas públicas levadas a cabo nos últimos 80 anos, destaca a importância de não percebê-las como fenômenos isolados. Ao contrário, advoga uma leitura complexa e ampla de luta por direitos sociais que se constituiu de distintas formas ao longo do deste período. Quando, mesmo diante de um suposto avanço jurídico e institucional – como a reforma constitucional de 1988 e a promulgação do Estatuto das Cidades² (2001) – nos deparamos com “cidades reais cada vez mais excludentes” (LOURENÇO, 2014, p.30). Desta forma, parece ser preciso vê-las como ações políticas complexas que, além de colocarem em xeque noções como a de propriedade privada e questionarem a capacidade do Estado em promover políticas efetivas de moradia, “se inserem numa dinâmica política e social de questionamento das instituições do Estado” (*Idem*, p. 22). Ou como propõe Patrícia Birman,

“um ato político, em suma, direcionado para edificar uma comunidade de interesses que afrontaria, pela desobediência às políticas do Estado, a recusa deste a lhes dar acesso aos direitos reclamados” (BIRMAN, 2015, p.166-167).

Nesse sentido, na medida em que transgridem a linha da legalidade na luta por moradia e permanência, as Ocupações incidem sob a ordem estatal ocupando propriedades abandonadas e sem uso. Assim como ocorre com as favelas, há um olhar sobre as ocupações como territórios abandonados e aparece a noção de “desordem urbana”, quando passam a ser tratadas como se “sua existência expressaria a impossibilidade de se conceber uma cidade urbanisticamente organizada e racionalmente funcional” (MAGALHÃES, 2013, p.91). Tendo como ponto de partida esta perspectiva, a

“narrativa elaborada atualmente para justificar a intervenção sobre esses territórios, como já afirmado, o termo ‘remoção’ passaria a ser reincorporado e ressignificado

2 Que, além de prever a participação de amplos setores da sociedade na gestão das cidades, regulamenta as políticas urbanas e habitacionais e oferece base jurídica para a noção de função social da propriedade (LOURENÇO, 2014, p.24).

(...) como uma forma de ação estatal que, além de equalizar e equilibrar o espaço urbano considerado em fragmentação, permitiria oferecer melhores condições de vida aos moradores que estivessem habitando áreas classificadas no interior dessa argumentação como impróprias, seja por estarem situadas em 'áreas de risco', de proteção ambiental ou por serem 'não urbanizáveis'" (MAGALHÃES, 2013, p.93).

Seja acionando órgãos como o Ministério Público, Defensoria Pública, empresas públicas de infraestrutura urbana ou na relação com universidades públicas, diferentes agentes do Estado são envolvidos na Sociedade Política (CHATTERJEE, 2004) que se forma em torno da vida política destas comunidades de interesses. Nesse sentido, muito contribui a reflexão de Das e Poole (2008) acerca do Estado e suas margens, quando deslocam os limites compreendidos nessa relação aparentemente dual, pensando as margens como partes constitutivas do todo social. Para as autoras,

"As questões em jogo nesses lugares se formam através das experiências locais, ainda que caiba deixar claro que esses espaços e o Estado não são binários opostos. Ainda que estejam encerrados sob relações desiguais, estão entrelaçados um ao outro" (DAS & POOLE, 2008, p.25, tradução nossa).

Inspirados no movimento analítico empreendido por estas autoras, entendemos a etnografia como estratégia capaz de oferecer "uma perspectiva excepcional sobre os tipos de práticas que parecem desmontar o estado em suas margens territoriais e conceituais" (*Idem*, p.3, tradução nossa). Por isso, a fim de tratar da complexidade dessa relação transversal e, todavia, conflituosa Estado-Ocupações Urbanas, este artigo se debruça sobre relatos do período de 21 dias em que a ocupação esteve submetida a um cerco policial que culminou no despejo dessas famílias.

Em contextos como os das Ocupações Urbanas, a luta por sobrevivência e moradia envolve a transgressão cotidiana das linhas estritas da legalidade, quando opõe, por exemplo, direito à propriedade privada e o direito à moradia digna. De outro lado, o próprio Estado transita entre legalidade e ilegalidade quando, através da polícia militar, viola direitos humanos básicos, agride e persegue ocupantes e militantes. Diante destes meandros, o caráter controverso das fronteiras da legalidade, e das distinções e predominâncias de certos direitos constitucionais (a outros) – que geram, inclusive, também estas fronteiras de legalidade – pode ser mais bem compreendido ao visualizarmos que:

"É sabido que o direito de propriedade não é facilmente posto em questão pelo Estado e que, historicamente, ele prevalece sobre o direito de posse ou do dispositivo constitucional "concessão por uso especial". No entanto, é importante considerar que, constitucional e legalmente, o direito à propriedade é submetido a limites e a expectativas que dizem respeito ao seu "uso social". A não aplicação desses limites, isto é, os abusos cometidos em nome do direito à propriedade, tornada

pública pelo movimento da ocupação, transformou, bem ou mal, um ato considerado "ilegal" em um evento político" (BIRMAN, 2015, p.171).

Este evento político se dá sobre os corpos dos ocupantes, sobre uma determinada geografia e sobre determinadas relações sociais. Em todos estes casos, a ação do Estado deixou sequelas que se apresentam como vestígios no discurso e nas representações de nossos próprios interlocutores. Esta ação se caracterizada como uma *desabituação*, conceito empregado por Gutierrez para funcionar como "referência a uma modalidade imposta aos pobres como tecnologia governamental e que é parte de um processo de reconfiguração urbana que promove deslocamentos forçados, físicos e afetivos, promovendo um esvaziamento seletivo das relações sociais, seus registros físicos – percursos e marcações" (GUTTERRES, 2016, p.195). Em outras palavras, a soma final da ação do Estado nos sugere uma concepção tal como coloca Jacques Rancière (1998 *apud* BIRMAN, 2015), da política como polícia se impondo.

CORPO, TERRITÓRIO E CÂMERA: RELATOS DO PROCESSO DE DESPEJO

Durante nossa pesquisa de campo, propusemos abertamente a todos os presentes (cerca de cem pessoas) que, aqueles que quisessem, nos acompanhassem a uma visita filmada ao terreno de onde havia, quatro anos antes, sido despejados. Nove pessoas se dispuseram, dentre elas: Selma, Wagner, Manoel e Dona Marta³, nossos principais interlocutores nesse texto.

Pensando a câmera como potencial agenciadora de discursos, explicamos que nos interessava entender a forma como o Estado e as forças policiais tinham agido durante a operação e propusemos que as pessoas nos contassem como tinha sido o processo de entrada, a organização interna, o cerco e o posterior despejo. No centro dessa proposta estava a expectativa de que, assim como nos conta Ana Lúcia Ferraz (2006) sobre sua pesquisa entre trabalhadores de fábricas recuperadas em São Paulo e Rose Hikiji em suas oficinas entre jovens detentos da FEBEM, a presença da câmera como agente mobilizador dos relatos traga a "possibilidade de emergência de discursos silenciados em outros espaços – como o da assembleia ou de reuniões formais" (CUNHA *et al*, 2006, p.293). Afinal, "estar frente à frente da câmera, falar para o vídeo é marcar uma presença, expor a sua condição, abandonar por momentos a invisibilidade que os caracteriza, deixar registrada sua existência, sua revolta" (*idem*).

Assim que chegamos ao terreno, diversos relatos pulularam. Segundo a comitiva que nos conduziu e acompanhou por aquela visita, estar no terreno, ver o lugar, as árvores e outros referentes foi acionando memórias que até então não apareciam tão claras. Logo ao entrarmos eles foram desenhando com gestos um mapa mental da forma como se estabeleceram e organizaram o espaço: onde a comissão de segurança fez suas barracas para garantir melhor visibilidade e acesso às fronteiras do terreno, o lugar onde reuniam as famílias para as assembleias, o lugar da fogueira, da cozinha, da

3 Por questões de segurança, usaremos pseudônimos para identificar todas as nossas interlocutoras e interlocutores, exceto de Poliana Souza que é coordenadora da ocupação.

creche, onde dançavam forró. Falaram também das portarias: “a de cima pra vigiar a polícia e a de baixo pra segurar os bandido” (MANOEL, 2016), indicando já nessa sucinta frase a imbricada trincheira política que aquela Ocupação instaurava. Sobre essa disputa com forças locais, Wagner nos conta que

“A portaria de baixo que a gente chamava de ‘Boca do Capeta’ (...) Devia ser umas nove da noite, aí o pessoal da portaria lá de baixo gritou assim: ‘tá invadindo!’ Aí desceu todo mundo que tava aqui em cima com machado, enxada, pau... Subiu logo uns 20 bandido. Aí eles queria aterrorizar nós ali pra ver se a gente desistia. Aí virou uma guerra: eles com arma e nós com foice. Mas Deus foi tão bom com a gente que tudo se resolveu. Tanto é que no final de tudo um deles acabou apanhando deles lá mesmo porque tinha sido folgado com a gente. Depois disso desavença mesmo só tivemos com a polícia” (WAGNER, 2016).

Como uma comunidade das margens, cabe a ela mesma mediar as relações com traficantes e outras forças presentes na região⁴ e, simultaneamente, criar condições políticas para superar as ofensivas da PMMG, instituição que, em muitos momentos, lançou mão de táticas ilegais e promoveu repetidas violações de direitos. Ao longo do percurso pelo terreno os relatos assumiram uma forma dispersa e pouco cronológica. Relacionando tal aspecto com o fato de estarmos fazendo um percurso muito mais geográfico que cronológico, à medida que nos deslocávamos as diferentes lembranças relacionadas àqueles lugares iam sendo acionadas.

A opção por trabalhar com grupo focal embalhava ainda mais, produzindo um efeito duplo: se de um lado ela promovia determinada desordem na forma como a informação era dita, de outro possibilitou que uns complementassem as narrativas do outro. Assim, fomos compondo um mosaico de lembranças, amarrando retalhos de fatos, que tivemos a possibilidade de ver e ouvir posteriormente (toda a visita foi registrada em vídeo) para colocar em diálogo com as informações que tínhamos obtido via entrevista individual e na sessão de vídeos realizada na comunidade. Desse mosaico, tentaremos nas próximas linhas resgatar o percurso de duas interlocutoras que foram à visita conosco, Selma e Dona Marta.

SELMA

“Eu não vou mexer com isso não, isso aí dá polícia e a gente vai preso”. Essa foi a resposta de Selma quando seu vizinho, Manoel, a chamou para uma reunião do MLB ainda na época em que ela morava de favor. Mulher, negra, solteira e mãe de uma criança que tinha 3 anos, o Tatá, trabalhava como açougueira em um mercado de bairro. Poucas semanas depois decidiu atender ao convite e foi ver do que se tratava a reunião. À medida que se envolveu com o movimento, foi assumindo mais responsabilidades e, quando entraram para o terreno e fizeram a Ocupação Eliana Silva (1), Selma se tornou a única mulher a compor a equipe de segurança.

“Eu tenho orgulho em falar que eu era a única mulher da segurança. Muita gente achava até que eu era homem por causa do meu jeito... Eu só andava com pedaço de pau, facão... e era muito estúpida. Mas, como eu sou mulher, se eu não fosse estúpida em falar com as pessoas eles... né? Porque muita gente não tem respeito porque a gente é mulher, eles ia pisar” (SELMA, 2016).

As primeiras duas noites ela passou acordada e ao relento, sua primeira tarefa foi ajudar as outras famílias a construir suas barracas. Assim que conseguiu parar, já pelo terceiro dia de ocupação, ela decidiu fazer sua barraca bem no alto e na margem do terreno, a ideia era ter uma boa visibilidade e conseguir chegar rápido na portaria caso precisasse.

Estar na equipe de segurança fez com que ela tivesse que lidar a todo momento com a polícia e suas tentativas de incursão. Assim, ela presenciou e esteve à frente nos principais momentos de confronto e agressão, tendo assistido a espancamentos, golpes de cassetete e outros abusos. De todos esses momentos que ela testemunhou, afirma que o que a deixa mais emocionada é lembrar “da criança que eles [policiais do GATE] imprensou contra a cerca com mãe enquanto ela segurava ele no colo... o menininho tinha 7 meses. Os policial ficou puxando a criança enquanto a mãe gritava”.

No dia do despejo, a então presidente Dilma Rousseff, que naquela época estava na metade de seu primeiro mandato, veio a Contagem⁵ entregar unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. Cientes de que o mandato de reintegração de posse já havia sido expedido pela Juíza Luzia Divina, responsável pelo processo, e vendo a ofensiva militar que se armava contra a comunidade, uma comitiva de moradoras foi ao encontro da presidente para um último apelo na expectativa de que ela interviesse junto ao prefeito Márcio Lacerda⁶. Selma foi uma das mulheres a compor essa comissão.

Terminadas todas as tentativas de negociação, quando as famílias decidiram sair para evitar o confronto direto e a SLU⁷ já executava, sob ordem e vigilância da PMMG, o desmanche das barracas, Selma foi uma das últimas pessoas a sair.

“a parte que mais me irritou foi quando tava todo mundo aqui já sem barraca, sem ter onde ficar, e um policial que, com muita falta de respeito, tirou o pênis pra fora e mijou pra todo mundo ver. Muita falta de respeito com as pessoas, com as crianças, com as mulheres. Aquilo me deu uma raiva profunda” (SELMA, 2016).

Sobre a atuação dos funcionários da SLU na remoção das barracas, objetos e pertences das famílias, aparece também um elemento que merece ser destacado. Selma fez questão de concordar e reafirmar as falas do Manoel quando ele conta que,

“Eles [os agentes da SLU] não queria fazer. Eles não queria tirar as nossas barraca, só

4 Aqui cabe uma ponderação. Como deixamos claro ao longo do tópico anterior, admitimos que o Estado não é homogêneo ou monolítico e que, como muitas outras instituições, está permanentemente em disputa (CHATARJEE, 2004; DAS e POOLE, 2008). Uma perspectiva parecida pode ser tomada para pensarmos o suposto Crime Organizado, enquanto mito contemporâneo da violência e do crime, se trouxermos para o diálogo as reflexões que Vera Silvia Telles e Hirata (2007) oferecem.

5 Cidade vizinha que compõe a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

6 O terreno ocupado pertencia à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), que também foi a autora do pedido de reintegração de posse. Segundo a PBH, o terreno se tratava de uma zona de preservação ambiental e havia um projeto em vias de ser executado que o destinaria para a construção de um parque aberto às comunidades da região. Cinco anos após o despejo o terreno segue abandonado, servindo de depósito de resíduos.

7 SLU é a Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte, instância pública do município que contrata trabalhadores da limpeza através de uma empresa terceirizada.

que eles tava sendo obrigado. Eu presenciei! Tinha dois cara aqui que eles tavam tirando as barracas e eles choraram. Teve um aqui que tirou o uniforme, falou que perdia o emprego, mas não ia fazer” (MANOEL, 2016).

Por fim, as impressões gerais de Selma sobre a ação de remoção ficam ainda mais claras quando ela, assim que acaba a exibição dos vídeos que fizemos mais tarde, comenta: “Foi um absurdo o jeito que eles tiraram a gente dali! Não tinha necessidade daquela agressividade toda” (SELMA, 2016).

DONA MARTA

Dona Marta, 66 anos, é Pataxó do Sul da Bahia. Durante todo o seu relato, é possível perceber como sua identidade e de sua família como Pataxó permeou a forma como percebia o conflito, relacionando-o com experiências específicas de seu povo. Esses aspectos ficam bastante evidentes na seguinte passagem:

“Quando a polícia chegou aqui nós se apresentou eu a minha família como indígena, né? Que nós somos Pataxó do Sul da Bahia. Aí a polícia falou assim: ‘o que é que índio tá fazendo aqui?’. E eu falei: ‘O que nós tamo fazendo aqui é o que nós deve fazer: nós tamo lutando, procurando terra pra nós fazer moradia’. Ele falou: ‘mas índio tem que tá em aldeia’. E eu falei: ‘mas nós fomos corrido da aldeia por polícia com farda igualmente você está aqui, ó! 800 homem entrou na nossa terra, fardado, matou índio, deu tiro no braço da índia, ela tava segurando a criança a menina caiu no chão... tudo pra tomar a nossa terra!’ (DONA MARTA, 2016).

Tanto Dona Marta como seus vizinhos confirmam que durante os 21 dias de vida da Ocupação Eliana Silva (1) a entrada de alimentos e água foi impedida pela PMMG – prática claramente ilegal. Moradoras e moradores eram deliberadamente revistados, a identificação e os documentos eram a todo tempo controlados. Os insumos e alimentos que passaram foram fruto dos esforços individuais de familiares, apoiadores externos e militantes que se arriscavam e furavam o cerco e o controle ilegal empreendido pelos comandantes da operação.

O conjunto destas ações promovia formas de identificação negativas dos moradores, “como seres associados às ‘margens do Estado’ (Das e Poole, 2004), [e que] tiveram um efeito circular: ocasionavam o descaso e, em alguns momentos, o corte de serviços públicos essenciais (luz e água, esgoto): afinal, tudo ali era impróprio” (BIRMAN, 2015, p.172). Entretanto, indo além destas violações, nos últimos dias, quando o aparato policial já estava todo mobilizado, o cerco já havia se intensificado e o despejo se tornava cada vez mais eminente, apareceram as maiores tensões:

“Aí uma moça⁸ chegou lá [na portaria da Ocupação no dia do despejo], né, pra visitar a gente e a Polícia interditou e não quis deixar a moça. Aí o Junior, meu filho, que tinha aca-

bado de chegar do serviço, foi ajudar a moça e eles [a polícia] colocou o Junior na viatura e passou um dia com Junior na viatura, o meu filho. Aí chegou a notícia lá na ocupação ‘tem um índio preso’. Quando eu vi que era meu filho eu endoidei!” (DONA MARTA, 2016).

Preocupada com o paradeiro de seu filho, Dona Marta decidiu ir até a portaria da Ocupação e interpellar os oficiais que estavam à frente da negociação. Como a PM havia imposto uma regra de que quem passasse pela portaria não poderia retornar para a Ocupação, foi feita uma negociação;

“Aí o coronel lá da polícia [coronel Vladimir] me deu uma ordem de que eu podia sair pra procurar meu filho, que depois eu entrava. Claro que ele não tava lá, eles colocaram meu filho naquele negócio e rodaram essa Belo Horizonte inteira com meu menino naquele negócio: camburão... rodaram o dia inteiro com meu filho porque ele ajudou uma moça que ia ajudar a gente” (DONA MARTA, 2016).

Apesar da *palavra* do coronel Vladimir, um grupo de policiais liderados pelo tenente Natan decidiu impedi-la de voltar, ameaçando prendê-la caso ela tentasse furar o cerco. “Eu quero entrar porque *tenho* ordem de entrar. Se o coronel não tem *palavra* aqui, quem é que vai ter?”, retrucou Marta que, com a pressão dos moradores, conseguiu entrar. Quando tudo terminou, ela encontrou seu filho bastante machucado já no fim do dia.

A todo instante, ficava visível que o Estado age de modo recorrente com uma antecipação da violência (JEGANATHAN, 2004 apud GUTTERRES, 2016) nos territórios marcados pela presença de grupos vulnerabilizados. Neste caso, a violência decorria não só na tortura física, como na *palavra* que levava ao engano e pervertia a realidade de sua própria ação. Foi então, após a visita ao terreno e à exibição dos vídeos do dia do despejo na Ocupação, que Dona Marta voltou a falar do Coronel Vladimir e de sua *palavra*:

“Depois [do despejo] fomos na assembleia [uma audiência pública na Assembleia Legislativa que aconteceu para tratar do despejo] e o coronel, o mesmo que me deu a palavra, chegou lá e falou: ‘que nós não batemos em ninguém, não prendemos ninguém, que aquele foi um despejo exemplar...’ me deu vontade de pular na garganta dele. A pior coisa que tem é você saber que um homem da lei tá mentindo” (DONA MARTA, 2016).

Deixando clara sua discordância da versão oficial apresentada em audiência pública pela PMMG e, particularmente, sua indignação frente ao não cumprimento da *palavra* de um alto oficial do comando.

DONA LÚCIA

Diferentemente dos nossos demais interlocutores, conversamos com Dona Lúcia em sua própria casa, em processo de construção, na Ocupação Eliana Silva (2). Sentada no sofá, assistindo televisão na companhia de sua filha mais nova e três netas, Dona Lúcia, uma mulher, negra, conta que veio de

⁸ Cruzando o relato de Dona Marta com a entrevista de Poliana Souza, nos demos conta que se tratava da professora de economia Dirlene Marques (FACE/UFMG), que foi violentamente agredida por soldados da cavalaria da Polícia Militar ao tentar furar o cerco.

Teófilo Otoni há 20 anos e trabalhou como cantineira e depois faxineira. Ela chegou à Ocupação Eliana Silva (1) com apenas dois dias em que o terreno havia sido ocupado, sendo uma das últimas a entrar. Comenta que logo na chegada “já havia viatura lá fora, mas graças a deus num fazia nada não”. A todo o momento, a referência colocada sobre este período era reafirmada: “Aquele primeira ocupação nós passou luta”. A respeito da chegada da Polícia no momento do despejo, ela afirma:

“Chegaram fazendo barulho, com helicóptero baixinho. Helicóptero batendo na minha barraca [risos]. Não esqueço... E as polícia tudo com aqueles negócio [fuzis] pra baixo, foi Deus que eles não atiraram... aí depois chegou cavalaria, mas foi muito cavalo, muito cavalo. Aí chegou tropa de choque, depois chegava aqueles com aquelas boinas do lado... depois chegou aquele carro lá, colocou aquele carro atravessado, o caveirão... Foi essa hora que me ocorreu ‘vai morrer todo mundo!’” (DONA LÚCIA, 2016).

Tal impressão revela o forte impacto visual do aparato bélico da Polícia: “A gente pensa que vai matar mesmo, e que você vai morrer, na hora você pensa. Na hora você fala ‘tô morta, fia’... E aquele tanto de arma, como é que você pensa que num vai morrer?”. Antes mesmo de qualquer ação da Polícia naquele momento, o contingente e o instrumental dos policiais já criaram um ambiente de guerra na Ocupação. Dona Lúcia descreveu aquelas horas como momentos de “terror”.

“Cenário de guerra” é uma expressão comumente utilizada por pessoas de ocupações e favelas ao se referirem às cenas da execução de um processo de despejo⁹. Deste modo, tanto por falas como esta última de Dona Lúcia quanto pelas imagens capturadas no despejo, vemos que também na Eliana Silva a atuação do Estado criou um contexto de guerra (obviamente, desigual) como elemento de urbanização (como já apontado anteriormente por Gutierrez).

E neste sentido, a ideia de “terror”, categoria largamente acionada por nossos interlocutores, surge com um peso destacado. Todo o aparato policial evoca a dimensão do terror, mas numa perspectiva que evidencia que “O terror era expressão do autoritarismo de Estado que, através de procedimentos e regras formais, agia com mentiras, coação e ‘descaso’, ‘tratando a pessoa como bicho’, fazendo-a se sentir fora da humanidade. A destruição da casa, mas antes dela a ameaça da remoção da família, era uma experiência de terror” (GUTTERRES, 2016, p.192).

Dona Lúcia prossegue seu relato nos situando nesse cenário de guerra e compartilhando sua sensação de estado de terror. Coloca que o medo da polícia não se fez somente com a presença assustadora das forças policiais, mas também a partir da atuação da PMMG ao longo dos 21 dias, sobretudo no momento do despejo:

“E pela atitude deles, pela ruindade que eles fazia, spray de pimenta, pisar nos outro, não

deixar as crianças querer alimentar, querer entrar pra dentro, fazer maldade com a gente. Então aquilo ali foi muito difícil, difícil mesmo. Você olhar aquele tanto de polícia ali, e se você olhasse pra cara deles eles tavam te xingando. Pra mim o momento mais difícil que eu achei foi aquela parte lá” (DONA LÚCIA, 2016).

Questionada sobre desde quando tem esse sentimento, ela revela: “Nossa, eu tinha [medo de polícia] antes, acho que foi lá que eu criei coragem!”. Porém, mesmo diante da marcante violência policial, o modo como Dona Lúcia representa estes acontecimentos é entendendo a Ocupação Eliana Silva (1) como portadora de uma história muito além do que a truculência da polícia que lhes atingiu. Em outras palavras, via a si e aos próximos não somente como depositários da violência policial, mas como pessoas que justamente devido a este cenário reforçaram seus laços de unidades e solidariedade, gerando o aspecto mais marcante da Ocupação em seu entendimento.

POLIANA SOUZA

Alguns dias após nossa incursão em campo, realizamos na Casa de Referência da Mulher Tina Martins a entrevista com Poliana Souza, dirigente estadual do MLB e uma das coordenadoras da Ocupação Eliana Silva (2). Poliana, educadora popular, desempregada no momento, 28 anos, já trabalhou em diversas profissões (vendedora, babá, dona de loja, manicure etc.). Tendo morado a vida inteira entre o aluguel e “de favor”, se aproximou do MLB inicialmente motivada em conseguir uma casa para sua mãe. Com o passar do tempo, participou intensamente das reuniões e se juntou ao MLB oficialmente no primeiro dia de vida da Ocupação.

Poliana conta que, tão logo as 300 famílias entraram no terreno escolhido para realizar a Ocupação Eliana Silva (1), às três horas da madrugada, um helicóptero da PMMG começou a sobrevoar o perímetro, jogar luzes nas pessoas na ocupação e fazer voos rasantes. Ao amanhecer, várias viaturas chegaram às portas da ocupação e forçaram uma entrada no terreno:

“E aí foi o primeiro momento de resistência, eu lembro que todas as famílias deram as mãos e a gente decidiu ficar, e aí os advogados conseguiram fazer um acordo naquele momento com a polícia, inclusive convidou eles pra participar da nossa primeira assembleia, que foi dentro da comunidade, e aí o doutor Elcio Pacheco, o advogado do MLB, ele convidou esses dois policiais pra participarem pra entenderem inclusive qual que é a dinâmica da ocupação, o que que as pessoas ali queriam” (SOUZA, 2016).

Durante essa assembleia, os moradores discutiam entre si e conversavam com dois oficiais da polícia, esclarecendo as origens de cada um dos ocupantes e o abandono de mais de 40 anos do terreno: “A polícia acabou entendendo, que naquele momento ali não cabia a eles tá ali, então as famílias falaram

⁹ Conforme se pode ver nas referências utilizadas aqui que tratam sobre o tema.

também um pouco do objetivo, explicaram por que que tava ali, o que que tava fazendo ali”.

Indo ao encontro aos relatos de outras entrevistas, como a de Selma, Poliana coloca que a violência praticada pela polícia era sistemática e vinha desde antes da agressão física, sendo também violência psicológica, sobretudo direcionada às mulheres:

“E a ofensa sobre as mulheres era muito maior, muito maior, no sentido de falar que a gente não se preocupava com os nossos filhos, de submeter eles àquela situação, ‘vai caçar um homem pra você’, ‘vai caçar uma casa pra você limpar’, foi isso os 21 dias. Tanto pra entrar na ocupação, porque eles paravam a gente na portaria com essas ofensas, quanto na madrugada quando a gente tava na portaria” (SOUZA, 2016)

As saídas para a resolução dos conflitos com a polícia eram buscadas sempre em outras esferas do Estado, que em tese poderiam intervir na garantia dos direitos dos moradores e na dispersão da polícia. Foi nesse intuito que eles procuraram a juíza Luíza Divina¹⁰ com quem conseguiram se reunir em uma quarta-feira para entregar os documentos de todos os moradores (comprovando que eram cadastrados na lista de espera do Minha Casa Minha Vida), e sair de lá com a palavra da juíza marcando uma reunião para a segunda-feira seguinte.

No entanto, na madrugada de quinta para sexta-feira, os coordenadores da Ocupação receberam uma ligação do Frei Gilvander¹¹ contando que uma fonte sua afirmara que despejariam a Eliana Silva no dia seguinte. A mobilização dos moradores ocorreu então durante toda a madrugada, com vigília, assembleia e convocação de apoiadores e advogados. Na manhã seguinte, foi enviada uma comissão (em que Selma e Poliana estavam presentes) encarregada de entregar a carta para Dilma Rousseff no município de Contagem. Enquanto esta comissão estava a caminho, a polícia chegou, e quando Poliana retornou à ocupação já estava impedida de entrar:

“Eu lembro que quando eu cheguei foi num momento muito chocante. A polícia ficou tencionando para entrar né, ficou tencionando muito com as famílias que tavam do lado de dentro pra entrar, dizendo que ia entrar... e essa hora a gente recebeu informação de que a polícia daria três anúncios a cada 15 minutos e a partir daí ela entraria. E aí a gente meio que sem entender o que aconteceria, as famílias não queriam sair, mesmo. A gente fez uma assembleia, o pessoal que tava dentro da ocupação fez uma assembleia com quem tava lá e elas queriam resistir, porque elas viam ali na Ocupação Eliana Silva a única oportunidade de ter casa, a única oportunidade de sair da opressão do aluguel, da humilhação que é viver de favor, e do absurdo que é morar em área de risco, elas viam ali uma alternativa, e elas ficaram ali meio que em prol da resistência mesmo” (SOUZA, 2016).

Ao mesmo tempo em que essa mobilização transcorria dentro do perímetro cercado pela polícia, do lado de fora as várias pessoas que foram barreadas tentavam contribuir de alguma forma com a resistência ao despejo:

“a gente que tava do lado de fora também [estávamos] tentando organizar uma resistência, no sentido de não deixar o trator entrar, no sentido de impedir o caminhão de entrar, e ir fazendo as conversas, chamando do Ministério Público, Defensoria Pública...” (SOUZA, 2016).

As descrições que Poliana vai fornecendo a cada etapa do processo de despejo são marcadas pelo modo com o qual ela sentiu e concebeu a atuação do Estado em diversas direções sobre a Eliana Silva:

“Foi muito chocante quando eu cheguei, assim, porque eles tavam começando a querer desmontar as barracas, então chamaram os funcionários da SLU, como se fosse uma questão de higienização, uma questão de limpeza mesmo do lugar, e botaram eles, trabalhadores, inclusive muitos sem casa, pra poder fazer o despejo, sabe. Isso é mais um absurdo que a prefeitura comete, ela pega trabalhador e bota contra trabalhador. Colocou essas pessoas pra fazer o despejo, a polícia meio que como cão de guarda...” (SOUZA, 2016).

O modo como o Estado lidou com a remoção das barracas, como se fosse uma questão de higienização, nos parece muito marcante, uma vez que destaca aquela concepção apontada por Magalhães (2013) que entende favelas (e podemos acrescentar ocupações) como símbolos de “desordem pública”, que impedem a existência da cidade racionalizada e funcional e, portanto, devem ser associadas à sujeira, àquilo que está fora de lugar – próximo à ideia de pureza e impureza colocada por Mary Douglas (1976) – para serem removidas e higienizadas.

A indignação que marca a fala de Poliana é um dos sentimentos mais presentes ao longo das manifestações sobre tal história. Ao lado dessa sensação de revolta, o susto e o medo com relação ao aparato policial montado para a realização do despejo são sentimentos que Poliana expressa como uma das maiores cargas deste momento:

“Foi muito assustador, tinha um caveirão, inclusive foi a primeira vez que o caveirão de Belo Horizonte foi utilizado, foi pra fazer o despejo da ocupação Eliana Silva. Pra quem não viu, o caveirão é um tanque de guerra, é um arsenal de guerra, é assustador, é um monstro, você assusta só de olhar pra aquilo, e vários mitos de que solta fogo por cima, de que... vários mitos que assustava as pessoas inclusive... sobre o caveirão ninguém sabia o que que ele era, o que que fazia, então a gente ficou pensando mil e uma coisas que ele poderia fazer, por que que ele tava ali, então esse desespero de ‘então se esse caveirão tá

10 Juíza responsável pelo processo.

11 Membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Minas Gerais, vinculado à Igreja Católica, e importante ator político na cidade, apoiador da Ocupação Eliana Silva e de várias outras ocupações em Belo Horizonte e RBH.

aqui ele vai entrar e vai matar as pessoas lá dentro, então tinha todo esse terror” (SOUZA, 2016).

Novamente a questão do estado de terror aparece, e muito associado à presença do caveirão, maior expressão da belicosidade do Estado naquele cenário. No entanto, a percepção que era a todo instante reforçada era a de que foram não só as ações cotidianas de um ou outro policial que gerou tal impacto nos moradores, mas sim o emprego das forças e arsenais do Estado no objetivo da remoção da comunidade a qualquer custo:

“Eram mais de 400 policiais fortemente armados, sem contar com o Choque e com o GATE, porque tavam lá também aqueles homens de preto, que são extremamente absurdos, que são extremamente monstros, com o rosto tampado... ai gente, é de doer assim, mas todos cobertos, todos cobertos... que não tem coragem de mostrar o rosto, que eu acho que eles são piores ainda que a polícia militar, que eles não mostram, é tanta truculência, é tanto absurdo que eles fazem que eles não têm coragem de andar com o rosto cru, mostrar quem eles são. Todos sem identificação, todos sem identificação, você não conseguia ler o nome dos caras. [...] Era cavalaria, tinha muito cavalo, muito cavalo. Cachorro, muito cachorro, muito cachorro, muito cachorro. Aquela carga viva que eles andam, tinham uns dois caminhões de carga viva, então era muita polícia, era muita coisa, mais do que precisava, era só 350 famílias, sendo que nem todas estavam dentro da comunidade, a maior parte tinha saído pra trabalhar. Muita mulher e criança. Você botar arsenal de guerra como esse pra despejar mulher e criança, foi a pior coisa que eu pude ver na minha vida. Eu nunca vi, eu nunca vi uma situação como aquela, e eu espero ver nunca mais” (SOUZA, 2016).

Não que o sofrimento e angústia nos ocupantes causados pelo Estado se devessem apenas à estrutura militar ali montada. Nas experiências concretas com os agentes policiais, que naquela ocasião eram autoridades que representavam uma ação do Estado, eram identificadas atitudes e comportamentos por parte desses agentes que extrapolavam os próprios limites e competências legais e mesmo morais¹² de sua atuação. Essa prática abusiva era compreendida pelos moradores não como um mero caráter desequilibrado do policial em específico, mas como ação carregada de uma violência (em sentido amplo, e também psíquica) – ilegal, excessiva e desnecessária – que era uma regra de atuação comum seguida por quase todos os policiais.

ALGUMAS REFLEXÕES POSSÍVEIS

Ainda que esses relatos sejam apenas recortes dos pontos de vista que levantamos e esses pontos de vista, também eles, frações do complexo evento que foi o despejo, essa primeira aproximação nos sugere algumas reflexões. Para fins analíticos, conscientes de que elas se permeiam umas às outras, iremos organizá-las em três grupos maiores: a) A

percepção do Estado; b) A mudança na forma como percebem a ação da polícia; c) A sobreposição da ação da polícia como A ação do Estado.

a. A PERCEPÇÃO DO ESTADO

Nos relatos que ouvimos, e em especial se nos determos nos percursos de Selma e Poliana, fica claro que não há uma visão monóptica do Estado, fazendo coro com a proposta de Das e Poole (2008) ao sugerirem entendê-lo como instituição não homogênea e permanentemente em disputa. Ainda que a truculência da polícia e a intransigência da PBH na condução jurídica do pedido de reintegração de posse sejam elementos proeminentes nas falas, o gari da SLU e a presidente da república são pensados de outro modo. Famílias e dirigentes reconhecem as diferentes formas e faces que o Estado assume, seja na hora de buscá-lo para incluí-lo na negociação, tentando modificar a correlação de forças em pleno conflito – como quando Selma e Poliana vão até a Lúcia pedir que intervenha pela Ocupação Eliana Silva (1) –, seja no sentimento de solidariedade e identidade de classe que iguala o agente de limpeza urbana às recém despejadas famílias sem-teto.

O nível de consciência que têm sobre a permanente disputa que permeia todas as instâncias de decisões dentro do Estado é tamanho que a própria decisão de ocupar uma propriedade (seja ela privada ou pública) sabendo da possibilidade do confronto físico com a PMMG e com outras forças que atuam no território está calcada também na certeza do direito à moradia digna. Ou seja, famílias e movimentos sociais colocam em xeque o Estado, contrapondo dois direitos constitucionais: direito à propriedade versus direito à moradia digna. E, ao fazê-lo, não só criam novas e imbricadas fronteiras, como as criam com seus corpos e vidas.

b. A MUDANÇA NA FORMA COMO PERCEBEM A AÇÃO DA POLÍCIA

Tanto no percurso de Dona Marta como no de Selma é possível identificar uma relativa mudança sobre a forma como veem a polícia, braço armado do Estado. A primeira, mesmo com seu povo tendo sido “corrido” de sua terra por militares – não fica claro no relato que corporação ou em qual contexto –, quando decide procurar seu filho deposita, mesmo diante de um cerco, confiança na *palavra* do Coronel Vladimir. Após o despejo, quando já havia se dado conta da “detenção irregular” (ação ilegal que pareceria mais bem categorizada se chamada de sequestro seguido de tortura) de Júnior, Marta se indigna com a *falta de palavra* do *homem da lei*. Selma, por sua vez, recusa o primeiro convite em participar das reuniões com o argumento de que “isso dá polícia”, *temendo* ser presa. Ao final do processo de reintegração, manifesta abertamente sua indignação com a desproporcionalidade da ação policial, apontando sucessivos abusos físicos e psicológicos.

Essas duas mudanças, quando colocadas lado a lado com a indignação que se faz presente na fala de todas as pessoas com quem conversamos que vivenciaram o despejo, deixam claro que a intensa experiência do cerco revelou uma polícia que, mais que simplesmente transitar entre legalidade e ilegalidade de suas ações, é ostensivamente violenta.

¹² No sentido de ideais de valores básicos das relações sociais contemporâneas, como a dignidade e os direitos humanos.

Assim, a relação de confiança e o entendimento da polícia como instituição ligada a uma ideia de ordem e legalidade parecem ter dado lugar a sentimentos de desconfiança, indignação e um temor agravado.

c. A SOBREPOSIÇÃO DA AÇÃO DA POLÍCIA COMO A AÇÃO DO ESTADO

Mesmo com a clareza de que ele é poroso e está permanentemente em disputa, quando conversamos sobre o despejo, Estado, governo e polícia se fundem em uma avaliação final que, recorrentemente, vem acompanhada dos adjetivos: truculento, injusto e violento. Não é por menos. Ainda que órgãos como o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e seus agentes tenham tido um papel na negociação favorável às famílias – ora em um movimento de legitimação dos direitos reivindicados, ora como zeladores da integridade física das pessoas –, esse conjunto de ações não teve qualquer consequência direta no desfecho do conflito. Afinal, os setores do Estado que tinham de fato poder de decisão sobre o rumo das coisas eram: a PBH, dona do terreno e autora da ação de reintegração de posse, cujo representante máximo era o prefeito Márcio Lacerda; o judiciário, personificado na figura da juíza Luzia Divina, que tinha o poder de decidir a favor ou não das famílias; e, na linha de frente da execução da ordem de despejo, a PMMG, seus comandantes e comandados.

Em um cenário onde são os próprios corpos das moradoras e moradores que estão ali dispostos

e sujeitos às mais diversas violências, sejam elas ações individuais ou decisões táticas de combate deliberadamente ilegais (como quando é limitada a entrada de água e alimento), a face violenta do Estado parece se sobrepor a qualquer outro entendimento. Assim, manifestações de solidariedade como a da professora Dirlene Marques (FACE/UFMG), sentimentos de identificação como os do gari da SLU e esforços de mediação como os das promotoras do Ministério Público, parecem lidos antes como gestos pessoais que como intervenções objetivas do Estado. No que concerne ao direito à moradia, a decisão foi tácita e suas consequências traumáticas.

Este conflito direto, entre movimento social e Estado, famílias e PMMG ou, se preferirmos, uma parte do Estado (bastante individualizada) aliada à sociedade civil, ou Sociedade Política como proporia Chatterjee (2004), organizada contra outra parte do Estado (lançada como subordinadora), revelou no seu desfecho, aos olhos dos moradores, o poder de sobreposição que a Polícia Militar exerceu como ação oficial em nome do Estado naquele contexto. Por fim, podemos considerar que estes são apenas alguns apontamentos de uma breve e intensa pesquisa realizada em campo a respeito de memórias, história e representações acerca da atuação de uma instituição do Estado, a Polícia Militar, frente a corpos, a uma geografia e a um movimento social popular do qual estes nossos interlocutores fizeram e ainda fazem parte – e, por isto mesmo, constituem a materialidade da realidade concreta que o universo teórico e conceitual aqui utilizado pretendeu conhecer, aprofundar e divulgar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIRMAN, Patrícia (2015). "Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns". In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- CHATTERJEE, Partha. (2004). *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador, EDUFBA, CEAO.
- DAS, VEENA & POOLE, Deborah. (2008). "El Estado y sus margens". *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, 8.
- DOUGLAS, Mary (1976). *Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. São Paulo: Perspectiva.
- FELIZARDO, Adair; SAMAIN, Etienne (2007). A fotografia como objeto e recurso de memória. *Discursos fotográficos*, v. 3, n. 3, p. 205-220.
- GUTTERRES, Anelise dos Santos (2016). O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na Zona Portuária do Rio de Janeiro. *Mana*, 22, 1, p. 179-209.
- MAGALHÃES, Alexandre (2013). O "legado" dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, ano 19, nº 40, p. 89-118, Porto Alegre.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. *Mana*, v. 14, n. 2, p. 455-475, 2008.
- QUIJANO, Anibal. (2005). "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In E. Lander (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Colección Sur-Sur, CLACSO.
- QUIJANO, Anibal. (2002). "Colonialidade, Poder, Globalização e democracia". *Revista Novos Rumos*, 17, 37: 4-28.
- SAMAIN, Etienne (2003). "Antropologia de uma imagem "sem importância"". *Ilha Revista de Antropologia*, 5, 1: 47-64.
- SAMAIN, Etienne (2014). "Antropologia, imagens e arte. Um percurso reflexivo a partir de Georges Didi-Huberman". *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 3, n. 2, p.47-55.
- TELLES, Vera da Silva & HIRATA, Daniel Veloso. (2007). "Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito". *Estudos avançados*, 21, 61: 173-191.
- VIANA, Nildo. (2015). *A Pesquisa em Representações Cotidianas*. Lisboa: Chiado Editora.

ENTREVISTAS

DONA LÚCIA. Entrevista cedida em sua casa. [Mai. 2016]. Entrevistadores: Autor 1 e Autor 2. Belo Horizonte, 2016.

DONA MARTA. Entrevista cedida durante visita ao terreno. [mai. 2016]. Entrevistadores: Autor 1 e Autor 2. Belo Horizonte, 2016.

MANOEL. Entrevista cedida durante visita ao terreno. [mai. 2016]. Entrevistadores: Autor 1 e Autor 2. Belo Horizonte, 2016.

SELMA. Entrevista cedida durante visita ao terreno. [mai. 2016]. Entrevistadores: Autor 1 e Autor 2. Belo Horizonte, 2016.

SOUZA, Poliana. Entrevista cedida na Casa de Referência da Mulher Tina Martins. [mai. 2016]. Entrevistador: Entrevistadores: Autor 1 e Autor 2. Belo Horizonte, 2016.

WAGNER. Entrevista cedida durante visita ao terreno. [mai. 2016]. Entrevistadores: Autor 1 e Autor 2. Belo Horizonte, 2016.



Recebido em 22 de novembro de 2016

Aprovado em 29 de agosto de 2017